



RELATÓRIO CONSOLIDADO

Diretoria Socioambiental

Brasília, DF

**5º RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ANDAMENTO DO
PBA E DO ATENDIMENTO DE CONDICIONANTES**

UHE BELO MONTE

**EMPRESA
NORTE ENERGIA SA**

**NÚMERO/CÓDIGO DO DOCUMENTO
RL-DS-001-806-020-31Jan14=A**

JANEIRO/2014

SUMÁRIO – CAPÍTULO 2 - ITEM 1

1. CONCLUSÕES GERAIS SOBRE O ANDAMENTO DO PBA NO PERÍODO COBERTO PELO 5º RC	1
2. PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS CONTEMPLADOS NO 5º RELATÓRIO CONSOLIDADO	10

1. CONCLUSÕES GERAIS SOBRE O ANDAMENTO DO PBA NO PERÍODO COBERTO PELO 5º RC

A exemplo de procedimento adotado para os 3º e 4º Relatórios Consolidados (RC's), pretende-se, neste item, apresentar uma síntese do andamento do Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte no período de abrangência deste documento, ou seja, de julho a dezembro de 2013, destacando-se os principais resultados então auferidos, as principais interações entre pacotes de trabalho que vem sendo estabelecidas e suas consequências.

Cabe de pronto registrar que continuaram em curso os instrumentos de gestão empregados para materializar o planejamento e a interação entre os diferentes pacotes de trabalho que compõem o PBA, com destaque para as reuniões semanais do Comitê de Gestão Ambiental (CGA), todas realizadas em campo e congregando representantes das Superintendências e Gerências da Diretoria Socioambiental da Norte Energia, da empresa gestora e das coordenadoras do PBA; o Sistema de Alerta para socialização das obrigações a serem cumpridas; os Relatórios Gerenciais Mensais das empresas gestora, coordenadoras e executoras do PBA; e a formação e operacionalização de diferentes Grupos de Trabalho (GT's).

Uma das linhas mestras para o referido planejamento configurou-se, em especial, no cronograma integrado elaborado para os Programas e Projetos que tem, como campo de atuação, a área urbana de Altamira, com destaque para os Projetos de Reassentamento Urbano e de Reassentamento, o Projeto de Demolição e Desinfecção de Estruturas e Edificações aplicado à zona urbana, o Projeto de Saneamento e o Projeto de Parques e Reurbanização da Orla, subsidiados por outros voltados para a indenização e aquisição de terras e benfeitorias, assistência social e comunicação social.

Outra estratégia aplicada a partir do final do primeiro trimestre de 2013, e que continua em uso, é a implementação de um nível diferenciado de gestão – a denominada “gestão com acurácia” - àqueles pacotes de trabalho cuja implementação independe exclusivamente da ingerência do empreendedor para serem colocados em prática, em atendimento às metas definidas no PBA. Com isto, objetivou-se fornecer à Norte Energia subsídios para que a mesma passasse a agir de forma preventiva e mais ágil na tomada de decisões, em especial referentes a esses pacotes de trabalho.

Prova da eficácia e efetividade que vem sendo auferidas pela estratégia acima mencionada é o fato, reconhecido pelo IBAMA em seu Parecer Técnico 7.244/2013 COHID/IBAMA e disponibilizado à Norte Energia em 27/01/14, que, no que tange à execução dos programas ambientais verificada por meio do 4º RC e de vistorias de campo, conseguiu-se reduzir, em alguns casos, a defasagem antes identificada em relação aos cronogramas previstos originalmente no PBA, ainda que deva ser levada em consideração, nesta avaliação, a dinâmica inerente à implementação de ações ambientais durante, em especial, a Etapa de Implantação de um empreendimento do porte da UHE Belo Monte.

Para cada um dos 20 (vinte) pacotes de trabalho considerados como em “gestão em acurácia”, foram propostos, pela gestora, marcos de controle e indicadores gerenciais, devidamente validados junto às diferentes Superintendências da Diretoria Socioambiental. O acompanhamento desses marcos vem sendo feito em caráter semanal, desde o final de março/13, pela empresa gestora e informado em boletins veiculados e discutidos nas reuniões semanais de Diretoria. Da mesma forma, mensalmente a gestora apresenta o *status* evolutivo desses pacotes nas reuniões do Comitê de Meio Ambiente (CMA), formado pelos representantes dos acionistas.

É importante esclarecer que referido acompanhamento não se restringe à apresentação dos percentuais de avanço de cada um dos diferentes marcos associados aos pacotes de trabalho em questão, mas sim à síntese das ações em curso ou previstas para recuperar eventuais atrasos ou cobrir lacunas de informações, bem como à recomendação de outras tantas para tais finalidades.

Ressalte-se, mais uma vez, a importância estratégica dos GT's acima abordados, dado que é nesses foros que a empresa gestora obtém, em primeiro plano, informações atualizadas para compor seus informes semanais aos níveis mais elevados na escala hierárquica da Norte Energia.

Nesse contexto, procede-se, a seguir, a uma abordagem sumarizada dos principais resultados auferidos, no período de abrangência deste 5º Relatório Consolidado, para os pacotes de trabalho avaliados como em nível de gestão com acurácia.

As atividades de supressão vegetal para obras civis ocorreram, no segundo semestre de 2013, conforme previsto no cronograma. Assim, dos 6.267,78 hectares previstos para serem suprimidos relacionados a essas obras, foram executados, até dezembro/13, 85,40% do previsto.

No período correspondente a este 5º RC, 13 (treze) pátios (18.828,82 m³) foram protocolados com requerimento de Autorização de Utilização da Matéria Prima Florestal (AUMPF) junto ao IBAMA, dos quais nove (11.757,06 m³) foram vistoriados pelo IBAMA-DBFLO.

Objetivando viabilizar a destinação interna em detrimento do consumo externo de madeira, a Norte Energia está empreendendo esforços para instalar ao menos uma serraria no empreendimento em 2013 e outra em 2014. Para tanto, em agosto de 2013 foi protocolada, junto ao IBAMA, solicitação de operação dessas unidades, cuja instalação já possui local definido, sendo uma no Travessão 27 (em frente ao futuro Posto de Fiscalização do IBAMA) e outra no Travessão 55.

Estas serrarias atenderão prioritariamente o consumo interno de madeira, em especial as protegidas por lei. Cada unidade de processamento será abastecida prioritariamente por pátios de toras próximos às mesmas e terá capacidade nominal de processar 40 m³ diários de toras, a serem transformados em peças regulares como vigas, caibros, tábuas, ripas etc.

No que se refere ao Uso Interno de madeira realizado, foram utilizados internamente 3.072,58 m³ de produtos oriundos da supressão vegetal, sendo destinados para compor estruturas de apoio ao longo do Canal de Derivação, paliçadas, divisórias nos pátios de ferragens, postes de iluminação, áreas de vivência, carpintaria, cercamentos (pátios, Estação de Tratamento de Água - ETA, canteiro construtivo, torre, escritório), construção da baía de resíduos, escoramento de ferragens, sinalização (*guard rail*), humanização de canteiro e caldeira.

Para o Uso Interno futuro, pretende-se, com a implantação das serrarias, reduzir e, se possível, eliminar a entrada de madeira serrada proveniente de outras áreas fornecedoras. Este balanço se ajustará conforme as ações de destinação forem se concretizando e as informações de demanda de madeira forem confirmadas (em função dos ajustes nos projetos executivos da obra).

No que tange à implantação do Projeto de Saneamento na cidade de Altamira, as obras de esgotamento sanitário e abastecimento de água estão em plena atividade, com frentes de trabalho em 12 (sete) bairros, referentes à execução das redes de água e esgoto, linhas de recalque, poços de visita e coletores tronco, além de outras estruturas componentes do sistema, intervenções estas que contam com um avanço já superior a 50%. Além disso, outras frentes de trabalho continuam atuando na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), nos 2 (dois) reservatórios artificiais apoiados (RAP's) localizados nos bairros Santa Ana e Brasília, e na reforma da Estação de Tratamento de Água (ETA).

Para minimizar os transtornos causados pelas interrupções de circulação das vias urbanas de Altamira, no decorrer da implantação dos sistemas de água e esgotamento sanitário estão sendo utilizadas sinalizações orientativas e divulgação das informações nos bairros onde se localizam as frentes de serviço, com antecedência mínima de 48 horas quanto aos locais onde sofrerão intervenção.

As obras do Aterro Sanitário seguem com avanços significativos, cabendo destacar que, com o encerramento das atividades na remediação do lixão e a emissão pela Secretaria Municipal de Gestão de Meio Ambiente e Turismo (Semat), em 03/10/13, da Licença de Operação (LO) nº 181/2013, os resíduos sólidos urbanos provenientes da coleta diária realizada pela prefeitura municipal passaram a ser dispostos na célula 2 do Aterro Sanitário, com a devida compactação e colocação de solo sobre os resíduos. Nesse sentido, cabe ainda destacar que, em interface com o Plano de Articulação Institucional do PBA, no âmbito das atividades do Programa de Fortalecimento da Administração Pública, foi realizado o curso "Procedimentos e Técnicas para Gestão e Operacionalização de Aterros Sanitários", ministrado pelo Instituto de Educação e Gestão Pública (EGP) nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Anapu, para fortalecimento da gestão pública frente às novas realidades vividas atualmente pelos municípios beneficiados com a construção dos Aterros Sanitários.

No período de abrangência deste 5º RC, as ações ligadas à implantação dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC's) foram centradas na adequação e compatibilização dos projetos urbanísticos àqueles de terraplanagem e infraestrutura

(drenagem, água, esgoto, energia elétrica etc.); continuidade dos processos de licenciamento ambiental e urbanístico; definição da implantação de equipamentos comunitários, saúde e educação, bem como de projetos e obras relativas aos acessos aos reassentamentos.

Os processos de obtenção de Licença Prévia (LP) para os cinco projetos foram concluídos, com a emissão positiva do documento pelo órgão licenciador (Seovi), viabilizando assim o parcelamento dos mesmos. Também para esses projetos foram protocolados os documentos necessários para obtenção da Licença de Construção (LC). Para o RUC Jatobá, a Seovi já expediu a licença, concluindo assim o processo autorizativo para este bairro.

Procedeu-se à setorização dos RUC's com dois objetivos básicos: a operação das obras e o planejamento e implantação das mudanças das famílias a serem interferidas pelo reservatório do rio Xingu. Assim, à medida que forem concluídas as obras em determinado setor, estes serão temporariamente isolados de forma a impedir que máquinas trafeguem em locais habitados e vice-versa.

O RUC Jatobá possui 05 setores, sendo o mais adiantado na execução das obras e, portanto, o reassentamento que já começou a receber as primeiras famílias.

Com relação aos equipamentos de saúde para atendimento aos RUC's, após mapeamento de demanda foi definida, em conjunto com a Secretaria de Saúde da Prefeitura de Altamira, a implantação de 03 (três) Unidades Básicas de Saúde (UBS's) para atender aos cinco novos bairros. No que tange à educação, definiu-se a construção de 06 (seis) novas escolas, distribuídas entre os bairros Jatobá, São Joaquim e Laranjeiras, abarcando desde o ensino infantil até o fundamental e o médio, e contabilizando 44 (quarenta e quatro) novas salas de aula para a cidade de Altamira.

O Projeto de Requalificação dos Parques e Reurbanização da Orla teve, no segundo semestre de 2013, sua atividade centrada no desenvolvimento dos projetos básicos e executivos, após a realização de apresentações e discussões do projeto junto à municipalidade e aos grupos de interesse envolvidos com as áreas de intervenção. Nesse sentido, no período foram obtidas bases para consolidação das diversas intervenções, paisagísticas e funcionais dos espaços urbanos a serem requalificados.

Em relação às obras de drenagem na cidade de Altamira, estas abrangem especificamente as áreas de intervenção direta dos projetos a cargo da Norte Energia, como as áreas de Reassentamento Urbano e Parques e Requalificação da Orla. Os projetos em andamento seguem diretrizes do projeto de macrodrenagem, já concluído, e também orientações do Estudo de Remanso, que assume a premissa da remoção de todas as benfeitorias abaixo da cota 100 m. Ressalta-se que, em acordo com o PBA, as obras afetas aos Parques dos Igarapés Altamira e Ambé, nas quais inclui-se a drenagem urbana, estão previstas para serem iniciadas no final de 2014.

Com relação à sede municipal de Vitória do Xingu, lembra-se que as obras de implantação do sistema de abastecimento de água já tinham sido iniciadas previamente à atuação da Norte Energia, com recursos provenientes da Fundação

Nacional de Saúde (Funasa) e que foram repassados para a administração municipal. Portanto, a responsabilidade pelo sistema de captação e tratamento de água, de sua reservação e da rede de distribuição está a cargo da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu.

Com relação às informações reiteradamente solicitadas pela Norte Energia junto à municipalidade - cronograma das obras, licenciamento ambiental e aspectos administrativos junto à Funasa -, a Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu se manifestou oficialmente sobre o assunto no dia 17/12/2013, informando que não possui a definição das complementações necessárias à rede de água e solicitou a Norte Energia a recuperação de redes implantadas que foram danificadas, solicitação esta que está sendo verificada. Para tanto, também está sendo buscado o agendamento de reunião com a administração pública para discussão das melhorias necessárias.

As obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário prosseguem com a instalação das cinco Estações de Tratamento de Esgoto (ETE's) previstas no projeto, estando duas já concluídas. Os serviços de assentamento da rede coletora, execução de Poços de Visita e ligações domiciliares foram concluídas.

As intervenções relativas ao aterro sanitário seguem para seu término, restando os serviços de urbanização, pavimentação e drenagem superficial. Com a conclusão de parte das estruturas no aterro sanitário, foi possível o início da sua operação em março 2013. Nesse sentido, a administração municipal vem realizando a coleta dos resíduos e os dispendo no aterro sanitário e a Norte Energia vem apoiando o município na operacionalização do aterro até que seja realizada a entrega definitiva da obra ao município.

Como forma de otimizar a utilização desse aterro sanitário, a Prefeitura Municipal solicitou à Norte Energia que os recursos a serem destinados à implantação de um aterro sanitário na comunidade de Belo Monte fossem redirecionados para o fornecimento de maquinário para operar o aterro sanitário já implantado na sede. Essa solicitação será atendida, uma vez que o Ibama, em 02/12/13, se manifestou favoravelmente à reivindicação da municipalidade.

No tocante à drenagem urbana da sede municipal de Vitória do Xingu, as obras de drenagem superficial já foram concluídas.

As Vilas de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, por sua vez, também têm seus sistemas de drenagem prontos.

No que se refere ao abastecimento de água dessas localidades, após aprovados pelas Prefeituras Municipais de Vitória do Xingu e Anapu os projetos para captação de água superficial respectivamente voltadas à Vila de Belo Monte e à Vila de Belo Monte do Pontal, deu-se início ao processo de contratação das obras e à aquisição das áreas necessárias para implantação do projeto. Os processos de licenciamento ambiental dos sistemas, iniciados no período anterior a este relatório, foram acompanhados junto aos órgãos responsáveis. O processo de Belo Monte, em tramitação na Semat de

Vitória do Xingu, está em vias de obtenção da licença de instalação (LI). Já o licenciamento ambiental do projeto de captação de água de Belo Monte do Pontal havia sido iniciado junto a Sema/PA, porém, como o município de Anapu tornou-se habilitado para realizar licenciamento ambiental a partir de setembro de 2013, optou-se por iniciar o processo correspondente na Semat daquele município. Com isso, a Norte Energia, por meio do Programa de Interação e Articulação Institucional, realizou, em novembro e dezembro, duas oficinas no município de Anapu denominadas, respectivamente, “Licenciamento Ambiental Municipal” e “Licenciamento Ambiental – passo a passo dos processos administrativos para emissão da licença ambiental municipal”, para assim prover suporte ao corpo técnico da secretaria municipal de meio ambiente de Anapu, capacitando-os a promover o licenciamento ambiental.

Como informado no 4º RC, o sistema de esgotamento sanitário em Belo Monte e Belo Monte do Pontal foi concluído e a Norte Energia promoveu treinamento sobre o funcionamento e operação do sistema instalado, que incluiu a distribuição do manual de funcionamento.

Com relação às ligações intradomiciliares, a Norte Energia deu continuidade à interação junto à Funasa para a inclusão das localidades no Projeto de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD). Com apoio da Norte Energia, por meio do Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, ambas já foram cadastradas no Sistema de Gestão de Convênios (Siconv).

No que concerne aos resíduos sólidos gerados na Vila de Belo Monte do Pontal, estes continuam a ser destinados para o aterro sanitário do canteiro de obras da UHE Belo Monte, conforme convênio firmado. Concomitantemente, foi dado seguimento às tratativas com a prefeitura municipal de Anapu para buscar uma solução definitiva para a disposição dos resíduos sólidos dessa localidade. Os entendimentos realizados resultaram no envio de ofício, pela Prefeitura Municipal de Anapu, solicitando que os recursos destinados à implantação do aterro sanitário de Belo Monte do Pontal sejam aplicados na implantação de um aterro que atenda não somente a essa comunidade, mas sim a todo o município. Em resposta, a Norte Energia posicionou-se, com cópia para o Ibama, esclarecendo que a solicitação da administração pública não encontrava respaldo no PBA, pois o aterro sanitário deveria ser dimensionado para atendimento somente da localidade de Belo Monte do Pontal. A Norte Energia se prontificou a reproduzir o projeto do aterro em área indicada pelo município nas imediações das localidades de Belo Monte do Pontal, solicitando que a prefeitura disponibilizasse técnico, que a representasse, para acompanhar visitas técnicas a potenciais áreas para implantação do aterro.

Em reunião realizada no dia 04/12/13, o Município de Anapu informou que, caso seja atendida a solicitação feita pelo município ao Ministério da Saúde (MS) e Funasa para implantação de uma usina de reciclagem que atenda todo o município, solicitará a realocação dos recursos destinados para a implantação do aterro em Belo Monte do Pontal para outras melhorias.

Vale ainda reiterar, nesta síntese ora feita, que análises de suficiência continuam a ser desenvolvidas no âmbito do Programa de Monitoramento dos Aspectos

Socioeconômicos, inclusive em atendimento à condicionante específica da LI nº 795/2011.

Quanto à suficiência de vagas escolares, constata-se que Altamira possui disponibilidade para os três níveis escolares (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) em novembro de 2013 e para os dois cenários de projeção, esperado e de alto afluxo, no primeiro semestre de 2014. Quanto aos outros quatro municípios da AID da UHE Belo Monte, todos apresentam superávit para o Ensino Fundamental e Ensino Médio em novembro de 2013 e para o primeiro semestre de 2014.

No tocante às doenças e aos agravos que apresentam maior incidência na região da AID da UHE Belo Monte - dengue, leishmaniose tegumentar americana e malária -, estes, em 2013, registraram redução.

Com referência aos resultados obtidos no ano de 2013, no quadro de registro de dengue nos municípios da AID da UHE Belo Monte e Pacajá, observa-se uma acentuada redução de 58% dos casos na região de Belo Monte. Com relação à malária, observa-se que, na região em apreço, registrou-se redução em 39% de 2011 em relação a 2012, passando de 10.734 para 6.596 casos, e de 77% do ano de 2012 para 2013, com registro de 1.512 casos em 2013. Essa proporção é ainda maior quando se compara o ano de 2013 com 2011, que registra redução de 86% na região, sendo que em todos os municípios houve diminuição de casos.

A expansão e o fortalecimento da rede de atenção à saúde, devido ao cumprimento das condicionantes ambientais atreladas à UHE Belo Monte, contribuíram para melhorar a detecção de doenças e agravos. Os fatores que mais se destacaram para essa implementação foram a oferta de exames de laboratório, testes de HIV, capacitação dos gestores e dos profissionais de saúde, estruturação dos núcleos de vigilância, entre outros. A melhoria na alimentação dos dados e a análise da informação tem permitido o aperfeiçoamento do planejamento e monitoramento das ações, proporcionando maior eficiência e efetividade da vigilância em saúde.

Já na dimensão População em Situação de Risco Social, monitora-se um indicador que também é registrado pelo sistema de saúde - a alteração do quadro de partos entre crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos. Esses dados levam à avaliação de que a gravidez e a maternidade na adolescência, na região do empreendimento, apresentam tendência à redução quando comparada aos registros de gravidez e parto em 2012 e nos anos anteriores, reflexo, possivelmente, uma série de incrementos que tem sido feitos nos municípios da AID. Foram realizados investimentos financeiros e de orientação técnica aos profissionais da administração pública municipal e das entidades sociais, a fim de melhorar as políticas de saúde, de educação e de assistência social que promova a melhoria da qualidade de vida. A Norte Energia contribuiu, nos programas de prevenção e de promoção da vida, que são desenvolvidos na linha da Educação em Saúde, com palestras educativas nas comunidades e na escola, nas quais são abordados voltados aos jovens e adolescentes, tais como: Doenças Sexualmente Transmissíveis; HIV-AIDS; Gravidez na Adolescência; Hepatites; Dengue; Alimentação Saudável; Drogas Lícitas e Ilícitas, dentre outros solicitados pela comunidade. Também são distribuídos

pelos palestrantes, preservativos aos jovens e à comunidade presente nesses encontros.

Além de partos entre crianças e adolescentes, outro indicador relacionado a esse público é o número de atendimentos do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente (CTCA), que corresponde ao número de registros por tipo de ocorrência comunicada à Instituição. De maneira geral, os registros mais frequentes nos Conselhos Tutelares de todos os municípios da AID foram “conflitos familiares”, “abandono/negligência dos pais ou responsáveis”, “maus tratos e espancamentos” e “fuga do domicílio”, tanto em 2012 quanto em 2013, portanto, sem ligação com a implantação do empreendimento hidrelétrico. Já as categorias “crianças e adolescentes fora da escola” e “adolescentes em conflito com a lei” colocaram-se eventualmente como relevantes nos registros, durante o período analisado.

Altamira apresentou registros relativamente estáveis, considerando-se a média mensal de 2012 até o 2º trimestre de 2013. No terceiro trimestre, influenciado pela alta de “conflitos familiares” e “crianças e adolescentes fora da escola”, o município registrou aumento da média.

Quanto à dimensão “Condições de vida”, a pesquisa na sede urbana de Altamira, finalizada no segundo semestre de 2013, permitiu a construção de seis indicadores: “Alteração da composição familiar”, “Alteração no acesso a equipamentos de saúde”, “Alteração no acesso a equipamentos de educação”, “Alteração na escolaridade da população”, “Evolução nos benefícios recebidos de programas governamentais” e “Evolução nos indicadores de trabalho e renda (inclusive dos familiares)”.

De forma geral, constatou-se que as famílias com maior participação no total da sede urbana de Altamira são do tipo nuclear, compondo-se de um casal com filhos. Já em termos quantitativos, há uma média de 3,7 pessoas por família, pouco acima da média nacional, por volta de 3,5. Os indicadores de condições de vida dessas famílias revelam uma situação de desenvolvimento econômico com oferta de empregos com carteira assinada em função das obras da UHE Belo Monte, assim como uma quantidade expressiva de trabalhadores atuando na construção civil, pelo mesmo motivo.

Por fim, para os crimes contra o patrimônio são analisadas as ocorrências de furtos e de roubos. O número de furtos nos municípios da AID é historicamente alto, mas entre janeiro e novembro de 2013, esse tipo de crime apresentou recuo de 40 registros em relação ao mesmo período de 2012, atingindo 1.138 ocorrências. Os meses de maior expressão foram fevereiro e julho, corroborando a hipótese de que durante as férias há tendência de aumento dos furtos, por conta dos imóveis ficarem vazios por mais tempo. Pode-se, assim, inferir uma tendência à reversão da alta incidência histórica dessas ocorrências, visto que os furtos são associados aos períodos de baixa dinâmica econômica. Assim, com o impacto econômico positivo do empreendimento, os furtos com a finalidade de suprir necessidades tendem a diminuir.

Vale ressaltar que tal redução também se relaciona ao aporte de investimentos no combate à violência que vem ocorrendo na região. Além dos veículos entregues e

reformas já realizadas, em outubro de 2013 foram entregues 12 (doze) viaturas à Força Nacional de Segurança Pública que age na Transamazônica e no Xingu. Tais ações se somam aos Termos de Acordo e de Cooperação técnico-financeiro com a SEGUP.

Em relação ao tráfico de drogas, este é intrinsecamente ligado ao ritmo do consumo. A prisão por esse tipo de crime cresceu cerca de 30% nos últimos dois anos no país, alastrando-se por 86% dos municípios da região Amazônica (segundo a Confederação Nacional dos Municípios), tomando à frente daquelas provocadas por crimes contra o patrimônio. Entre os da AID, o maior número de casos em relação ao tráfico de drogas foi registrado em Altamira, como era de se esperar por ser o mais populoso.

Segundo o superintendente da polícia civil na região, "o trabalho ostensivo das forças de segurança na região tem sido o principal fator para o crescimento das apreensões e prisões". Ainda segundo as autoridades, a população também tem uma parcela nos resultados, uma vez que cresceu o número de denúncias sobre a comercialização de entorpecentes.

Para finalizar esta síntese, é fundamental esclarecer que o fato de se atribuir uma atenção especial aos pacotes de trabalho em nível de gestão com acurácia não deve ser erroneamente interpretado como se os demais pacotes passassem a ser relegados a um "limbo" de gestão, ou mesmo destituídos de acompanhamento.

Todos os pacotes de trabalho já foram objeto de seleção e validação de marcos de controle e também já o estão sendo em termos de indicadores gerenciais. Deve-se ainda lembrar que todos são contemplados nos Relatórios Gerenciais Mensais e nas análises críticas efetuadas pelas coordenadoras e gestora, sempre submetidas à avaliação das Superintendências da Diretoria Socioambiental para sua validação.

Além disso, trimestralmente se procede a uma reavaliação dos pacotes de trabalho a serem incluídos na categoria de gestão com acurácia, em acordo com o dinamismo inerente à definição dos mesmos. A primeira atualização dessa classificação ocorreu após a divulgação do Parecer nº 4.933/2013 a respeito do 3º RC, emitido pela Coordenação de Energia Hidrelétrica (COHID) da DILIC/IBAMA. Obrigatoriamente, nova avaliação será ora desenvolvida frente aos Pareceres Técnicos nºs 7.244 e 7.802/2013 COHID/IBAMA, relativos ao 4º RC e recentemente recebidos pela Norte Energia, em 27/01/14.

2. PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS CONTEMPLADOS NO 5º RELATÓRIO CONSOLIDADO

Haja vista que é objetivo deste capítulo concentrar a análise dos Planos, Programas e Projetos do PBA que foram abordados no 5º Relatório Consolidado, será apresentado a seguir um quadro indicativo de todos os componentes do PBA. No referido Quadro indica-se ainda os números dos Volumes deste Capítulo 2 onde encontram-se os pacotes de trabalho referentes a cada Plano/Programa/Projeto.

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
1. PBA - PLANO BÁSICO AMBIENTAL UHE BELO MONTE	
2. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL	Volume I
3. PLANO AMBIENTAL DE CONSTRUÇÃO	
3.1 Programa de Controle Ambiental Intrínseco	Volume I
3.2 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas	Volume I
3.3 Programa de Capacitação de Mão de Obra	Volume I
3.4 Programa de Saúde e Segurança	
3.4.1 Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Volume I
3.4.2 Projeto de Segurança e Alerta	Volume I
3.5 Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores	Volume I
3.6 Programa de Desmobilização de Mão de Obra	Volume I
4. PLANO DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO ATINGIDA	
4.1 Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural	
4.1.1 Projeto de Regularização Fundiária Rural	Volume II
4.1.2 Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias	Volume II
4.1.3 Projeto de Reassentamento Rural	Volume II
4.1.4 Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes	Volume II

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
4.1.5 Projeto de Reparação	Volume II
4.2 Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais	
4.2.1 Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Volume II
4.2.2 Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Volume II
4.2.3 Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Volume II
4.2.4 Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Volume II
4.2.5 Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau	Volume II
4.2.6 Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros	Volume II
4.3 Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural	
4.3.1 Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária	Volume II
4.3.2 Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Volume II
4.3.3 Projeto de Relocação de Cemitérios	Volume II
4.4 Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana	
4.4.1 Projeto de Regularização Fundiária Urbana	Volume II
4.4.2 Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Volume II
4.4.3 Projeto de Reassentamento Urbano	Volume II
4.4.4 Projeto de Reparação	Volume II
4.5 Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas	
4.5.1 Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas	Volume II
4.5.2 Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Volume II
4.5.3 Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu	Volume II

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
4.6 Programa de Acompanhamento Social	
4.6.1 Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Volume II
4.6.2 Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Volume III
4.7 Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer	
4.7.1 Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer	Volume III
4.7.2 Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer	Volume III
4.8 Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais	
4.8.1 Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	Volume III
4.8.2 Projeto de Recomposição dos Equipamentos Religiosos	Volume III
5. PLANO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA	
5.1 Programa de Intervenção em Altamira	
5.1.6 Diretrizes Para o Planejamento Integrado	Volume III
5.1.7 Projeto de Reassentamento	Volume III
5.1.8 Projeto de Parques e Reurbanização da Orla	Volume III
5.1.9 Projeto de Saneamento	Volume III
5.2 Programa de Intervenção em Vitória do Xingu	Volume III
5.2.19 Projeto de Saneamento	Volume III
5.3 Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal	Volume III
5.3.19 Projeto de Saneamento	Volume III
6. PLANO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	
6.1 Programa de Interação e Articulação Institucional	Volume III

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
6.2 Programa de Fortalecimento da Administração Pública	Volume III
6.3 Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos	Volume III
6.4 Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas	Volume III
7. PLANO DE RELACIONAMENTO COM A POPULAÇÃO	
7.1 Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante	Volume III
7.2 Programa de Interação Social e Comunicação	Volume IV
7.3 Programa de Educação Ambiental de Belo Monte	Volume IV
7.4 Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos	Volume IV
8. PLANO DE SAÚDE PÚBLICA	
8.1 Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde	Volume IV
8.2 Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças	Volume IV
8.3 Programa de Ações para o Controle da Malária	Volume IV
9. PLANO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO	
9.1 Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	
9.1.1 Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	Volume IV
9.1.2 Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural	Volume IV
9.2 Programa de Arqueologia Preventiva	
9.2.1 Projeto de Prospecções Arqueológicas Intensivas	Volume IV
9.2.2 Projeto de Salvamento Arqueológico	Volume IV
9.2.3 Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres	Volume IV
9.2.4 Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva	Volume IV

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
9.2.5 Projeto de Educação Patrimonial	Volume IV
9.3 Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico	Volume IV
10. PLANO DE ACOMPANHAMENTO GEOLÓGICO/GEOTÉCNICO E DE RECURSOS MINERAIS	
10.1 Programa de Monitoramento da Sismicidade	Volume IV
10.2 Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	
10.2.1 Projeto de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Volume IV
10.3 Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos	Volume V
10.4 Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios	Volume V
11. PLANO DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	
11.1 Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico	
11.1.1 Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico	Volume V
11.1.2 Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões	Volume V
11.1.3 Projeto de Monitoramento da Largura, Profundidade e Velocidade em Seções do TVR	Volume V
11.2 Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques	Volume V
11.3 Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas	
11.3.1 Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas	Volume V
11.3.2 Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas	Volume VI
11.4 Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água	
11.4.1 Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial	Volume VI
11.4.2 Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas	Volume VI
11.5 Programa de Monitoramento do Microclima Local	Volume VI

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
12. PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES	
- Implantação dos Módulos RAPELD	Volume VI
12.1 Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios	
12.1.1 Projeto de Desmatamento	Volume VI
12.1.2 Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro e Certificação de Madeira	Volume VI
12.1.3 Projeto de Demolição e Desinfecção de Estruturas e Edificações	Volume VI
12.2 Programa de Conservação e Manejo da Flora	
12.2.1 Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora	Volume VI
12.2.2 Projeto de Formação de Banco de Germoplasma	Volume VII
12.2.3 Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme	Volume VII
12.3 Programa de Conservação da Fauna Terrestre	
12.3.1 Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre	Volume VII
12.3.2 Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Volume VII
12.3.3 Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento	Volume VII
12.3.4 Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Volume VII
12.3.5 Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres	Volume VII
12.3.6 Projeto Monitoramento da Herpetofauna	Volume VII
12.3.7 Projeto de Monitoramento da Avifauna	Volume VII
12.3.8 Projeto de Monitoramento de Mamíferos Terrestres	Volume VII
12.3.9 Projeto de Monitoramento de Quirópteros	Volume VII
12.4 Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea	Volume VII

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
12.5 Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos	Volume VII
12.6 Programa de Compensação Ambiental	
12.6.1 Projeto de Criação de Unidades de Conservação	Volume VII
12.6.2 Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente	Volume VII
13. PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS	
13.1 Programa de Monitoramento da Flora	
13.1.1 Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais	Volume VII
13.1.2 Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras	Volume VII
13.2 Programa de Conservação e Manejo de Hábitats Aquáticos	Volume VIII
13.3 Programa de Conservação da Ictiofauna	
13.3.1 Projeto de Investigação Taxonômica	Volume VIII
13.3.2 Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Volume VIII
13.3.3 Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais	Volume VIII
13.3.4 Projeto de Monitoramento da Ictiofauna	Volume VIII
13.3.5 Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável	Volume VIII
13.3.6 Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes	Volume VIII
13.4 Programa de Conservação da Fauna Aquática	
13.4.1 Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos	Volume VIII
13.4.2 Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática	Volume VIII
13.4.3 Projeto de Monitoramento de Crocodilianos	Volume VIII
13.5 Programa de Conservação e Manejo de Quelônios	

NOME	VOLUME DO CAPÍTULO 2
13.5.1 Projeto Estudos Bioecológicos (Capacidade Adaptativa dos Quelônios na Colonização de Novas Áreas)	Volume IX
13.5.2 Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios	Volume IX
13.5.3 Projeto Manejo de Quelônios de Belo Monte	Volume IX
14. PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DA VOLTA GRANDE DO XINGU	
14.1 Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias	
14.1.1 Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira	Volume IX
14.2 Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida	
14.2.1 Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Volume IX
14.2.2 Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de escoamento da Produção	Volume IX
14.2.3 Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Volume IX
14.2.4 Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial	Volume IX
15. PLANO AMBIENTAL DE CONSERVAÇÃO E USO DO ENTORNO DOS RESERVATÓRIOS – PACUERA	Volume IX